

## Entrevista com André Onofre Limírio Chaves

O pesquisador **André Onofre Limírio Chaves** é graduado em História, possui ênfase nos estudos de colecionismo, museologia e patrimônio. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista Capes, cuja tema de pesquisa resultou na dissertação "Do Kemet para o Novo Mundo: o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1882-1889)". É pesquisador e membro do Rariorum - Núcleo de Pesquisa em História das Coleções e dos Museus-ECI-UFMG. Durante o primeiro semestre de 2016 realizou intercâmbio na Universidade de Évora por meio do programa Minas Mundi - UFMG. Atuou em projetos de requalificação de museus e de proteção do patrimônio cultural. Foi assistente de curadoria no Inhotim entre os anos de 2019 a 2021. Em 2023 passou três meses na Frick Collection (NY) ocupando a posição de *Ayesha Bulchandani Curatorial Intern* com a supervisão do curador-chefe Xavier F. Salomon. É doutorando na linha de Ciência e Cultura na História do Programa de Pós Graduação em História da UFMG, contemplado pela CAPES. Atualmente é historiador do Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0554180142409247>

Entrevista elaborada pelo membro da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2023/2024, André Amaral (mestrando), pertencente ao Programa Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa História e Culturas Políticas. Entrevista concedida via correio eletrônico à André Amaral.

**[Revista Temporalidades]:** André Onofre, é um grande prazer ter a oportunidade de entrevistá-lo para a Revista *Temporalidades*. Agradecemos pela sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Conhecendo sua trajetória acadêmica e que você é aluno da casa, sabemos que você no mestrado estudou colecionismos de antiguidades egípcias no Brasil Império, vamos começar por este tópico. Como surgiu seu interesse neste campo e, de que forma entender sobre as instituições museais nos ajudam a compreender a História do Brasil no período pós-independência?

**[André Onofre Limírio Chaves]:** É um privilégio compartilhar a minha experiência para a Revista Temporalidades, ação discente que tanto admiro, agradeço imensamente o convite. Originalmente, quando optei pelo curso de História, eu tinha em mente me especializar em História Antiga, com ênfase no Egito Antigo, pois era um sonho desde de criança, sempre fui fascinado por esta civilização. Entretanto, a Egiptologia (ciência que se dedica a estudar a antiguidade egípcia) no Brasil é um campo em desenvolvimento e há dez anos atrás era mais limitado ao eixo Rio de Janeiro - São Paulo. A ideia era começar a “plantar sementes” em Belo Horizonte para que também entrasse no circuito de estudos sobre a Egiptologia. Porém, no curso de História da UFMG não havia quem me orientasse, então, a forma foi procurar outros caminhos alternativos. Durante a minha primeira iniciação científica tive o contato com a História das Coleções e dos Museus, campo ainda novo em contexto brasileiro, que se dedica a entender as nuances envolvidas na criação e formação de coleções, bem como, os novos significados que são agregados ao longo do tempo. Assim, em contato com a professora Dra. Júnia Ferreira Furtado chegamos ao consenso que eu poderia estudar a formação da coleção egípcia do Museu Nacional da UFRJ e a do Mariano Procópio, sendo que esta última nunca havia sido estudada. Logo, era a forma de investigar o colecionismo de antiguidades egípcias estando em Minas Gerais.

As instituições museais no século XIX foram importantes órgãos de promoção da nacionalidade, não à toa que após a queda da monarquia francesa e sob os auspícios de Napoleão Bonaparte que ocorreu o movimento de tornar as antigas coleções régias em patrimônio do Estado. De tal forma que foram abertas ao público como modo de garantir acesso à instrução, bem como diminuir as barreiras de acesso ao conhecimento que até poucos anos antes era exclusivo de uma parcela da sociedade. No caso do Brasil, a criação do Museu Nacional visava “polir” a nação por meio de um processo civilizatório que apenas a cultura e a ciência conseguiriam garantir. Assim, baseando nos principais museus europeus da época, o MN foi estruturando-se, tanto em questões de gosto quanto de corrente cientificista. Uma instituição que nos seus primeiros anos voltou os seus olhos para o exterior, tentando se encaixar nos modelos existentes de museus. Por isso, que muitas de suas coleções iniciais eram de cunho estrangeiro, como pinturas europeias, artefatos de povos de outros países, como a coleção egípcia, por exemplo.

**[Revista Temporalidades]:** Quando vemos grandes museus como o Louvre e o Museu Britânico, pensamos sempre na potência do seu acervo em termos de número de obras, mesmo

que aquelas não sejam pertencentes ao país onde está localizado o museu. Como pensar uma relação entre o acervo de obras/peças nacionais e estrangeiras, e como a salvaguarda destas obras possui alguma influência na construção das identidades nacionais?

**[André Onofre Limírio Chaves]:** Essa é uma grande questão que está tirando essas instituições da zona de conforto, principalmente, com as demandas vindo da sociedade tanto local quanto estrangeira, que questionam a necessidade desses acervos estarem sob a posse de países que não possuem vínculo direto com eles. Esses museus foram criados em contextos (finais do século XVIII e início do XIX) em que deter o conhecimento era a forma de projetar-se como um potência imperial à serviço da civilização. Por isso, ao longo do século XIX houveram corridas entre as nações europeias para conseguirem espoliar o patrimônio de regiões vistas aos seus olhos como incivilizadas e à mercê da destruição, e muitas das vezes, esse processo se deu de forma violenta, em consonância com o cruel colonialismo. O resultado é o que vemos hoje, inúmeras salas com avantajada porções de obras e que em muitos casos, por terem saído de seu lugar de origem de forma forçada, informações sobre os usos, os antigos proprietários, os símbolos e os semióforos que carregavam foram perdidos, tornando-se apenas receptáculos da curiosidade. Ou seja, houve o apagamento memorialístico daqueles bens.

Ao mesmo tempo, algumas civilizações possuem apego universal, como a egípcia, grega, romana, asteca, maia, inca, beninense, assíria, dentre outras. Cujas força de expressão e materialização de seus ideais resultaram na produção de construções majestosas, bem como, uma cultura material virtuosíssima. Tal fato, atraiu os olhares de arqueólogos e antropólogos, principalmente do século XIX, que almejavam coletar os testemunhos civilizatórios dos principais povos da Antiguidade. Isso, acentuado pela curiosidade, foi projetado nos museus e resultou na formação do interesse por essas culturas. Conseqüentemente, isso despertou o desejo de colecionadores e instituições museais a colecionarem tais itens como forma de investigá-los, mas também, atrair visitantes.

De tal forma, que ao longo dos séculos é perceptível como a arquitetura, a literatura, o cinema, o teatro, a pintura, a escultura e outras áreas do conhecimento se apropriaram da estética ou de elementos culturais dessas civilizações, despertando mais interesse por elas. Um dos casos mais clássicos foi a egiptomania despertada na sociedade, que iniciou no começo do século XIX, mas que massificou após as produções cinematográficas hollywoodianas, com roteiros sobre múmias amaldiçoadas e que despertam do sono eterno em busca de vingança, ou até mesmo, a vida da faraó ptolomaica Cleópatra VII, cuja trágica história foi interpretada pela atriz Elizabeth

Taylor, e que reforçou o mito da beleza seduzente dessa governante, inviabilizando as ações políticas e diplomáticas para manter o seu império vivo. Isto é, o imaginário, muitas das vezes errôneo, cresceu desde que a Arqueologia se debruçou sobre essas sociedades, fazendo que os museus fossem um dos principais lugares de guarda da memória delas. Claro, não culpo essa ciência, que hoje está revendo questões e auxiliando nas discussões descoloniais, a questão é como os ideais coloniais se perpetuaram nela durante os séculos XIX e meados do XX.

Esses grandes museus precisam rever o processo de obtenção de grande parte de suas coleções por meio de estudos de *provenance*, que investiga o passado da aquisição dos objetos, analisando todas as mãos que passaram por eles, para compreender a legalidade de tal ação. Isso, também deve estar alinhado com a demanda do país em que esses acervos são originários, principalmente, se a peça em questão possui um peso identitário, de modo que o seu retorno é uma forma de reparar a ausência cultural e simbólica causada pelo espólio de tal item. E como eu sempre ressalto, cada caso é um caso, não dá para simplesmente condicionar tudo sobre o mesmo jugo, repatriação e restituição são processos que demandam responsabilidade, não é apenas devolver, mas também garantir condições para a salvaguarda desses acervos em seus lugares de origem.

**[Revista Temporalidades]:** O Museu Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, se configura como uma das instituições científicas mais antigas do Brasil, sendo inaugurado em 1818, antes ainda da independência. Pensando no projeto para a criação desta instituição, você saberia nos dizer quais foram os objetivos iniciais e como eles mudaram três anos depois com a instauração do Império? Além disso, de que maneira o Museu Nacional, enquanto uma instituição político-cultural, desempenhou um papel no processo de construção da identidade nacional brasileira?

**[André Onofre Limírio Chaves]:** A criação do Museu Nacional foi em contexto de polimento cultural da Corte, uma vez que por abrigar a aristocracia portuguesa era preciso garantir meios que tornassem a cidade com ares europeizantes, civilizando-a, conforme a mentalidade da época. Principalmente, após a elevação do Brasil à condição de Reino, em 1815, e a aclamação de D. João VI, em 1818, mesmo ano da criação da instituição. Isso, alinhado com a vinda da princesa austríaca D. Leopoldina de Habsburgo, consorte do herdeiro da coroa, D. Pedro I, cujo interesse pela História Natural, especialmente pela Mineralogia, acentuou a necessidade de ter um local em que se pudesse fazer o culto pela natureza de forma sistematizada e organizada, garantindo

também um local para o deleite. Tal cobrança vinha de antes, principalmente pelos naturalistas estrangeiros e locais que demandavam um local centralizador para as coletas e o estudo delas. Entretanto, nesse primeiro momento de criação, as coleções presentes eram plurais, de teor enciclopédico, desde quadros, esculturas, minerais, animais empalhados até itens de curiosidade que foram doados pela família real.

Após a Independência pouca coisa mudou nos primeiros anos, principalmente pelo fato de que a instituição vivia com constantes dificuldades orçamentárias, o que impedia de fazer ampliações estruturais e organizar de forma sistematizada as coleções presentes. Em 1826, a coleção egípcia é adquirida, por exemplo, já demonstrando um movimento da instituição em se adequar ao gosto colecionista presente nos museus europeus. É a partir do Segundo Reinado que grandes mudanças em termos de gestão e missão ocorreram. Principalmente, pelo interesse de D. Pedro II, “o imperador das ciências”, em prover meios que garantissem um novo perfil para a instituição, para além da pesquisa em História Natural, incluindo a Antropologia e Arqueologia. Essas ciências passaram a ser fundamentais para a compreensão da Antiguidade Brasileira, projetada nas civilizações indígenas que habitaram o Brasil. Isso, alinhado com as discussões no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) movidas por sujeitos que almejavam escrever o passado nacional realizando investigações sobre esses povos que não deixaram vestígios escritos, recorrendo à busca pelo passado escondido nas entranhas do solo.

Naquele período, os cientistas e historiadores brasileiros viviam na angústia de comprovar que o gênio da civilização outrora povoara essas terras e que os brasileiros possivelmente eram frutos de uma sociedade que se corrompeu com o passar dos séculos. Era fundamental, na mente dos estudiosos da época, entender as nossas origens, sobretudo em um país que era regido por uma monarquia e que deveria se destacar das demais nações republicanas que o cercavam. Curiosamente, elas possuíam indícios monumentais de povos vistos como civilizados, dada a presença de pirâmides no México, construções engenhosas na Guatemala e Peru. Desse modo, investigar o passado indígena era de extrema relevância, fato que resultou em estudos mobilizados pelo MN que comparavam os artefatos arqueológicos de indígenas brasileiros com as coleções egípcias e greco-romanas, como uma maneira de encontrar um elo comum entre elas. Nesse caminho, os povos Marajoara foram eleitos os mais próximos dessas sociedades uma vez que legaram vasto material arqueológico, com grafismos altamente elaborados e que induziram os estudiosos a acreditarem que se tratava um língua esquecida. Um alívio para a época! Pois, povos sem escrita eram considerados inferiores.

Conseqüentemente, o Museu Nacional foi o palco de eventos importantes, como a Exposição Antropológica de 1882, que expôs as teorias raciais vigentes na época por meio da análise da cultura material e morfológica dos próprios indígenas. Naquela altura, entendidos como indivíduos frutos da corruptela de grandes civilizações. Tal fato, reforçaria o preconceito e o racismo pelas sociedades indígenas, ao ponto que mulheres, homens e crianças indígenas foram “expostos” nesta mostra, uma atitude vista como cruel ao nosso olhar atual, mas para a época, fundamental para a teatralidade museal.

Por outro lado, o MN teve importância fundamental no estudo sobre a natureza brasileira que até o começo do século XIX havia sido timidamente estudada. Em grande parte por naturalistas locais à serviço da Coroa. Entretanto, a riqueza natural era o grande trunfo do Brasil aos olhos dos cientistas, de modo que havia uma cobrança pela presença de mais estudos sistematizados sobre ela. O museu facilitou a internacionalização do conhecimento brasileiro, de modo a contribuir com a descrição de plantas, animais e minerais. Além de ter sido um agente à serviço do Império, em termos de estudar as potencialidades naturais que poderiam ser exploradas pelos olhos da indústria humana.

**[Revista Temporalidades]:** Infelizmente, em 2018, o Museu sofreu um incêndio e boa parte de seu acervo foi perdida. Seu mestrado tem o título: 'Do Kemet para o Novo Mundo: O colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)', orientado pela Professora Dra. Júnia Ferreira Furtado, e foi obtido em 2019. Portanto, o infortúnio com o Museu aconteceu durante suas pesquisas. Você poderia nos contar um pouco sobre o que aconteceu e fazer um balanço de como o incêndio afetou o desenvolvimento do seu trabalho?

**[André Onofre Limírio Chaves]:** Lamentavelmente, para qualquer profissional da cultura ou amante dela, o ano de 2018 será impossível de ser esquecido. Aquele anoitecer de 2 de setembro de 2018 marcaria o fim de muitas pesquisas e o apagamento da memória de várias sociedades. Até hoje lembro perfeitamente do momento em que fui informado do sinistro, estava escrevendo uma parte da dissertação que narrava as péssimas condições estruturais que o museu passava na primeira metade do século XIX. Coincidentemente, após anos e mais anos de negligência do Estado, o prédio principal do Museu Nacional, outrora Palácio de São Cristóvão, morada da família real e imperial durante os oitocentos, ardeu em chamas, transformando em cinzas grande parte de seu acervo. O mais chocante é que justamente no seu bicentenário, o MN sofreu um grande revés em sua história, tendo que praticamente recomeçar do zero várias coleções,

sobretudo, as mais frágeis, como as dos povos indígenas brasileiros, que remetiam ao século XIX. Hoje, sabe-se que cerca de oitenta por cento das coleções que estavam alocadas no palácio não existem mais. E como grande parte não estava digitalizada, a sua memória dificilmente será recuperada, um fato lamentável, uma cicatriz na história das instituições científicas brasileiras.

É uma das sensações mais terríveis ver o seu objeto de estudo ser destruído em tempo real, lembro perfeitamente de quando as chamas alcançaram a sala que abrigava a coleção egípcia do MN e que infelizmente consumiram grande parte dela, hoje, sabe-se que de 700 peças, apenas 300 foram salvas, e algumas, em estado de conservação extremamente delicado. O fogo não foi o único problema, mas também, os sucessivos desabamentos das lajes de madeira dos pavimentos, bem como a ação da água usada para apagar as chamas, que em alguns casos o contato do corpo superaquecido com o líquido frio ocasionou trincas ou explosão do artefato.

Atualmente, a instituição passa por um extenso processo de restauração, reconstrução e adaptação, uma vez que além das coleções perdidas, os adornos do interior do edifício, que remontavam à época em que viveram a família imperial, foram completamente destruídos, quase nada da sala do trono resistiu, apenas fragmentos de um passado que não existe mais.

Por um lado, na época, foi difícil retomar a pesquisa por causa do trauma, mas, aos poucos, voltei a escrever. Eu havia visitado a instituição quatro dias antes, tendo consultado diversas fontes documentais e registrando-as por meio de fotografias. Isso, salvou a minha pesquisa, pois o meu foco era o processo de formação e significados que a coleção egípcia passou no século XIX. Entretanto, a documentação referente ao século XX perdeu-se. Todo o material que coletei enviei para o MN, como forma deles reconstituir o precioso arquivo que possuíam. Agora, em relação às peças, apenas o tempo e o cuidadoso trabalho dos restauradores é que dirá o que de fato foi recuperado.

Infelizmente, neste país, é preciso uma fatalidade acontecer para que o Estado e a sociedade civil tenham alguma atitude. A cultura da prevenção, principalmente de incêndios, não faz parte da nossa rotina, vide o caso do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, que em 2020 sofreu com o incêndio que atingiu a sua reserva técnica, um dos “órgãos” mais importantes de qualquer instituição. O Estado e a sociedade precisam ser mais cautelosos com a nossa memória.

**[Revista Temporalidades]:** Seguindo a linha da pergunta anterior, como você enxerga que desastres naturais e eventos provocados por ação humana, que afetam instituições de

preservação, impactam a manutenção da memória nacional? No caso brasileiro, especificamente, como o incêndio no Museu Nacional afeta a salvaguarda da memória da História do Brasil??

**[André Onofre Limírio Chaves]:** Infelizmente, como havia dito anteriormente, no Brasil a cultura de prevenção a desastres naturais e humanos não é tão levada a sério. Apenas após o incidente e caso ele tenha causado alguma comoção midiática é que se dá alguma atenção. Claro, isso alinhado a falta de investimentos, muitas vezes, museus e demais instituições científicas precisam priorizar as suas escassas verbas para o pagamento de ações emergenciais e de manutenção, inviabilizando a execução de projetos contra incêndios, por exemplo, como foi o caso do Museu Nacional, que desde os anos 2000 possuía planos para modernizar as suas instalações, mas que foram suspensos em virtude dos cortes de gastos no Ministério da Educação.

Museus e demais instituições de proteção da memória são entidades que demandam muito investimento, uma vez que acondicionar acervos é um processo caro, que necessita de materiais específicos, sistema de climatização, produtos para conservação e restauro. Sem falar dos gastos ordinários, comuns a qualquer lugar, como energia, água, limpeza e segurança. Assim, sustentar e garantir o funcionamento de um museu é uma tarefa hercúlea, principalmente num país em que a cultura depende do orçamento do Estado, não sendo recorrente os fundos privados de apoio, como se vê nos Estados Unidos, que conseguiram criar ferramentas para o incentivo da sociedade em doar grandes somas para as instituições culturais.

No caso do Museu Nacional a perda da memória dos povos indígenas, uma vez que lá era um dos principais repositórios, é algo lamentável e de grande tristeza. Isso, somado com inúmeras áreas do saber que também sofreram com o sinistro, perdendo material para possíveis pesquisas e descobertas científicas. Há relatos de amostras que nunca haviam sido estudadas e descritas, ou seja, não só memória e a história nacional sofreram, mas também a ciência brasileira. Estamos falando de um atraso imenso no campo científico brasileiro, que levará anos para ser reconstruído, e mesmo assim, há a possibilidade de algumas áreas não recuperarem a potencialidade que possuíam antes. Uma vez que o processo de coleta de acervos no MN é oriundo do século XIX, assim, exemplares de animais e plantas extintas dificilmente serão recuperados.

É preciso cobrar dos órgãos públicos e também, criar ações que garantam as verbas básicas das instituições, dado que incêndios em museus viraram tradição no campo museal brasileiro, fama que já é sabida no âmbito internacional. Isso implica, por exemplo, a dificuldade

de mostras internacionais virem para cá, bem como a doação de acervos importantes, pois existe uma crença que não somos capazes de protegê-los. Nós somos, mas em condições favoráveis, com investimento contínuo e não apenas emergencial.

**[Revista Temporalidades]:** No âmbito acadêmico, quais passos você acredita serem importantes para o avanço do corpus do estudo da história das instituições no Brasil? Na sua opinião, existem ramos da história que são frequentemente negligenciados e, por essa razão, merecem uma exploração mais aprofundada e um conhecimento mais abrangente? Em caso afirmativo, quais são esses ramos e como acredita que novas investigações podem contribuir para preencher essas lacunas?

**[André Onofre Limírio Chaves]:** Sim, não tenho dúvidas. Ultimamente é perceptível o modismo por áreas da História, mas é um processo comum a cada década. Entretanto, no meu caso, meu campo de estudo é a História das Coleções e dos Museus, ainda não tão valorizado entre os meus colegas. Isso dificulta o aceite de comunicações ou até mesmo palestras que abordem essa temática e como ela é importante para pensarmos o envolvimento do campo da História na construção de importantes instituições museológicas brasileiras e como elas impactaram na formação nacional. Por exemplo, a formação do Museu Histórico Nacional é um movimento importantíssimo para pensarmos como a elite da época priorizou discursos históricos, bem como silenciou outros, em prol de se projetarem como agentes fundamentais da nação.

Outros campos, como a História da Cultura Material, das Instituições, da *Provenance*, essa última muito importante para entendermos os processos de aquisição de acervos para eventuais restituições, como no caso das obras de arte roubadas pelos nazistas. Assim, o nosso campo da História precisa acompanhar essas novas tendências de estudos, fato que vai auxiliar na escrita do passado de maneira mais dinâmica, com novos olhares.

O uso da cultura material para a compreensão do passado é um fato que só nos últimos anos começou a ganhar mais adesão pelos historiadores e por meio dela é possível ampliar o leque de possibilidades, trazendo novos discursos que antes não eram notados. Muitos colegas ainda estão presos na informação escrita contida nos documentos, sendo que no próprio, podem haver marcas de usos, ou de produção, ou até mesmo de ritos processuais que demandavam o uso de outros elementos, como selos, carimbos, cera, marcas d'água. Assim, precisamos estar abertos para o uso de novas ferramentas em nosso ofício.

**[Revista Temporalidades]:** Por fim, como você enxerga o papel das instituições políticas para a construção da identidade ou identidades nacionais brasileiras no Estado pós-colonial?

**[André Onofre Limírio Chaves]:** Sem dúvida, o Estado tem muita influência na formação dos seus cidadãos, vire e mexe observamos modelos sociais e comportamentais sendo instituídos por discursos oficiais. Recentemente, vimos o quão perigosos são os discursos de cunho autoritário e antidemocrático manifestados por líderes políticos. Em 2023 tivemos o exemplo de como a sociedade brasileira não lidou da maneira correta com os traumas causados pela Ditadura Civil-Militar, de modo que o próprio ex-presidente (2018-2022) exaltou torturadores e parte da população enxergou isso de maneira salutar. Sem mencionar, o saudosismo por ditadores e uma possível “solução” para o Brasil eliminando as instituições democráticas.

Os atos golpistas de janeiro de 2023 revelaram o quão ignorantes e cegos são os intitulos “cidadãos de bens”, que arruinaram as sedes dos três poderes, causando sérios danos ao patrimônio público. Desse modo, percebemos que o Estado precisa investir em instituições de memória, como os museus e memoriais que discutam violações dos Direitos Humanos no Brasil, como a escravidão, por exemplo. Isto é, os brasileiros possuem desapego com o passado, esquecendo que fomos uma sociedade que por mais de trezentos anos continuou sustentando o regime escravagista. Ou, a crueldade que foram os anos da Ditadura de 1964, causando o desaparecimento e morte de muitos brasileiros.

As comemorações do bicentenário da Independência pelo Estado Brasileiro é um bom exemplo de como as instituições políticas podem controlar as narrativas sobre o passado, e que consequentemente vão interferir na formação da sociedade. Observamos a volta de discursos que idolatravam a monarquia, trazendo um saudosismo por ela, da mesma maneira que foi no sesquicentenário, que ocorreu durante o período ditatorial. Por sorte, algumas instituições museais foram contra essa tendência, a reinauguração do Museu Paulista foi uma excelente forma de atualizar a visão da população sobre o imaginário da conquista da independência, resgatando a história de personagens outrora esquecidos. Ao mesmo tempo, é mais do que necessário que o mito da miscigenação das três raças seja desconstruído com mais força, uma vez que sempre é resgatado em discursos oficiais. Um vício histórico construído há mais de um século e que até os dias atuais resiste fortemente.